



ANALOGIA DA NOÇÃO DE BEM COMUM EM TOMÁS DE AQUINO

JULIAN RITZEL FARRET¹;
SÉRGIO RICARDO STREFLING²

¹Universidade Federal de Pelotas – julian.farret@hotmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – srstrefling@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A noção de bem comum, na obra de Santo Tomás, é unívoca, equívoca ou análoga? Existe distinção entre as noções de fim último e de bem comum para Santo Tomás? De que forma se articulam as noções de bem comum e de fim último? Existe distinção entre o fim da multidão e o fim último do homem? Entre o bem comum transcendente e o bem comum imanente? O que pretendemos demonstrar ao fim desta pesquisa que está em andamento é, precisamente, que existe certa identidade de significado entre essas noções, o que só pode ser adequadamente explicado pela analogia do bem comum. Parece-nos, e esta é a nossa hipótese, que a noção de bem comum, na obra de Santo Tomás, é uma noção analógica, tendo o Ser absoluto por seu primeiro analogado, o qual deve ser considerado princípio ordenador das noções de bem comum e de fim último, assim como da vida virtuosa.

Ao longo da *Suma Teológica*, Santo Tomás de Aquino utiliza a expressão bem comum mais de 260 vezes¹. No entanto, estudando cada uma dessas passagens, percebemos que a expressão não possui, em todas elas, o mesmo significado – não se trata, portanto, de noção unívoca. Nesse sentido, em alguns momentos o Aquinate afirma, por exemplo, que o bem comum é Deus, em outros, que é a felicidade, em outros, a beatitude.

O Santo Doutor afirma a identidade de Deus e do bem comum pela primeira vez na *Suma Teológica* ao enfrentar a questão 60 da *prima pars* – ou seja: ao cuidar do amor ou da dileção do anjo. Ao responder se o anjo, pela dileção natural, ama a Deus mais do que a si mesmo, Santo Tomás de Aquino recorre a uma interessante premissa: Deus é o bem universal. Por conseguinte, por dileção natural, o anjo ama a Deus mais e mais principalmente do que a si próprio (ST, Ia, q. 60, a. 5). Respondendo à primeira e à quinta objeções desta questão, o Aquinate afirma expressamente que Deus é o bem universal e absoluto (ST, Ia, q. 60, a. 5, ad. 1) e que por a substância de Deus e o bem comum serem uma e a mesma coisa, todos os que veem a essência divina, em si, pelo mesmo movimento de dileção, movem-se para ela como distinta dos outros seres e como sendo um bem comum (ST, Ia, q. 60, a. 5, ad. 5).

Nessa questão, Santo Tomás afirma a identidade de Deus e do bem comum. E embora sejam as primeiras, não são as únicas tampouco as mais explícitas passagens da sua obra em que o Aquinate afirma que Deus e o bem comum se identificam. Ao responder se Deus pode mover a vontade criada, por exemplo, o Santo Doutor destaca que só Deus é o bem universal, só Deus satisfaz a vontade e a move, suficientemente, como objeto (ST, Ia, q. 105, a. 4). Além disso, afirma que só o bem universal, que é Deus, move e satisfaz a vontade do homem suficientemente (ST, Ia, q. 106, a. 2; Ia-IIae, q. 2, a. 8). Ao responder se os preceitos

¹ Utilizamos a versão portuguesa da obra da Editora Loyola para fazer este levantamento.



do decálogo admitem dispensa, Santo Tomás destaca explicitamente que os preceitos da primeira tábua contêm a ordem mesma para o bem comum e final, que é Deus (ST, Ia-IIae, q. 100, a. 8). Ao estudar a graça e a sua necessidade, afirma que o bem comum de todo o universo é Deus (ST, Ia-IIae, q. 109, a. 3). Esses são apenas alguns exemplos de uma afirmação constante ao longo de toda a obra do Santo Doutor.

Ao lado disso, nas questões de natureza política, frequentemente se refere ao bem comum da cidade, do reino, do exército, da família, sugerindo existir uma diversidade de bens comuns e conferindo ao bem comum certa conotação política. É o que se dá quando Santo Tomás menciona que o rei visa ao bem comum do reino todo e move pelo seu império cada um dos prepostos das cidades, que se esforçam por conservar o regime em cada uma delas (ST, Ia, q. 82, a. 4), ou que o governador da república, que visa o bem comum, move pelo seu império todas as funções particulares dela (ST, Ia-IIae, q. 1, a. 2, ad. 3), ou, ainda, que da essência da lei humana é ordenar-se ao bem comum da cidade.

Uma possível explicação para tal polissemia é que Santo Tomás, de fato, em cada oportunidade, está a designar realidades diferentes. Ou seja: não existiria nenhuma relação entre as diversas menções ao bem comum, senão a coincidência fonética. Essa parece ser a explicação da maioria dos comentadores que, ao se debruçarem sobre o assunto, costumam definir o bem comum de maneira bastante divergente. Eudaldo Forment Giralt, da Universidade de Barcelona, imprime uma interpretação bastante concreta ao texto, relacionando-o com aspectos bastante palpáveis – o bem-estar material, os bens culturais e a paz (GIRALT, 2010).

O *Dicionário teológico e doutrinal de Santo Tomás de Aquino*, de Pedro Jesús Lasanta, a despeito da técnica e profundidade com que aborda os principais temas da filosofia de Santo Tomás, não apresenta uma definição de bem comum. Em quatro diferentes verbetes, o autor se limita a descrever algumas de suas características (LASANTA, 2010, p. 226). É curioso que Lasanta, em contraste com outros comentadores de Santo Tomás, dedique parte de seu estudo ao bem comum sem, no entanto, defini-lo. Esse fato, por si só, revela a complexidade envolvida no tema e a dificuldade de se apresentar uma definição que contemple, tecnicamente, todas as diferentes menções ao bem comum na obra do Aquinate, com sua aparente polissemia.

A tornar ainda mais complexa a correta interpretação da noção de bem comum, Santo Tomás identifica algumas dessas noções com a de fim último. Ao enfrentar a questão 6 da *prima pars* – a tratar da bondade de Deus –, o Aquinate responde se é própria de Deus ser bom por essência da seguinte maneira (ST, Ia, q. 6, a. 3). Nesta questão, está explicitamente afirmado que o fim último de todas as coisas é Deus mesmo (ST, Ia, q. 6, a. 3). Mas além disso, depois de destacar que todo o bem existente nas coisas foi criado por Deus, o Santo Doutor ainda afirma que o bem existe não só na substância delas, mas, ainda, no ordenarem-se para o fim e, sobretudo, para o fim último, que é a bondade divina (ST, Ia, q. 22, a. 1) e que as criaturas que alcançam a beatitude alcançam imediatamente o fim último (ST, Ia, q. 23, a. 7). Curiosamente, no entanto, também aqui Santo Tomás indica a existência de um certo fim de natureza política, ao afirmar que um general visa a ordem de seu exército a modo de fim último (ST, Ia, q. 15, a. 2).

Examinando-se, pois, todas essas diferentes menções de Santo Tomás ao bem comum, parece-nos que a equivocidade da noção não responde perfeitamente ao texto de Santo Tomás. A rigor, parece existir uma verdadeira relação de analogia entre as diferentes passagens, a quais teriam o Ser absoluto como seu primeiro



analogado. A corroborar tal interpretação, mencionamos Felix Adolfo Lamas (2006).

A analogia, nesse sentido, é um modo intermediário de atribuição lógica, entre a atribuição unívoca e a atribuição equívoca. Resumidamente, pode-se afirmar que o termo unívoco se reporta aos seus inferiores segundo uma mesma significação; o termo equívoco convém às coisas às quais é atribuído segundo significações inteiramente diversas; e o termo análogo se refere aos seus inferiores segundo uma significação parcialmente diferente e parcialmente semelhante. Se a noção de bem comum for uma noção equívoca, significa dizer que, a rigor, Santo Tomás está se referindo a realidades realmente distintas. Muito embora se utilize as mesmas palavras – ou seja: exista identidade fonética –, não existe identidade na realidade. Por outro lado, ao se afirmar que o bem comum constitui uma noção análoga, se está a afirmar que existe uma certa semelhança de significado entre todas as menções que o Aquinate faz à noção de bem comum ao longo da sua obra.

2. METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa se adota uma metodologia de caráter fundamentalmente bibliográfico. Se empreende, em primeiro lugar, uma exegese minuciosa das obras de Santo Tomás de Aquino, a fim de catalogar todas as passagens em que se encontra as expressões bem comum, fim último e beatitude. Com isso, em um segundo momento, se pretende compreender a relação de analogia existente entre essas noções e quais os diferentes significados das expressões ao longo da obra.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa ainda está em fase inicial, de levantamento bibliográfico, mas já se pode afirmar que foram identificadas a maioria das passagens em que as expressões bem comum, fim último e beatitude são encontradas na *Suma Teológica*.

Com base nisso, já se começou a examinar os diferentes significados das expressões bem comum, fim último e beatitude não só na *Suma Teológica*, mas também na *Suma Contra os Gentios* e no *De regno* de Santo Tomás, e nos seus Comentários à *Ética à Nicômaco*, à *Política* e ao *De anima* de Aristóteles.

4. CONCLUSÕES

Até o presente momento, é possível identificar uma teoria da analogia nos textos de Santo Tomás. Neles a analogia é apresentada como um modo intermediário de atribuição lógica, entre a atribuição unívoca e a atribuição equívoca. Resumidamente, pode-se afirmar que o termo unívoco se reporta aos seus inferiores segundo uma mesma significação; o termo equívoco convém às coisas às quais é atribuído segundo significações inteiramente diversas; e o termo análogo se refere aos seus inferiores segundo uma significação parcialmente diferente e parcialmente semelhante (GARDEIL, 2013, p. 317).

O termo unívoco, portanto, significa o mesmo, ao se dizer de diversos sujeitos. São termos que possuem não só a identidade da voz, mas também a identidade do significado. Os conceitos significados por expressões unívocas abstraem as espécies das diferenças individuais e os gêneros das diferenças específicas. Os termos equívocos, por sua vez, embora coincidam na voz, não coincidem no



significado. Trata-se de uma coincidência no uso da voz, pelo que é necessário, para se evitar cair em equívocos, esclarecer em que sentido se utilizada a expressão (WIDOW, 2012, p. 70).

Com base nisso, espera-se poder demonstrar que o bem comum é análogo de uma analogia de proporcionalidade intrínseca: sua maior ou menor perfeição depende do grau de participação do analogado – bem comum natural – com o analogante principal – Deus – (BOUCHET, 1976, p. 60). Ou seja: que existe um primeiro analogado, Deus, ao qual se reportam todas as outras modalidades de bem comum. Sendo que essas outras modalidades de bem comum, a rigor, só o são na medida em que participam da bondade do primeiro analogado, o Sumo Bem, Deus.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

- BOUCHET, R. C. **Sobre las causas del orden político**. Buenos Aires: Nuevo Orden, 1976.
- GARDEIL, H.-D. **Iniciação à filosofia de Santo Tomás de Aquino: introdução, lógica, cosmologia**. São Paulo: Paulus, 2013.
- LASANTA, P. J. **Diccionario Teológico y Doctrinal de Santo Tomás de Aquino. Tomo I e II**. Logronó: Horizonte, 2010.
- TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. 2^a. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- WIDOW, J. A. **Curso de Metafísica**. 1^a. ed. Santiago: Globo Editores, 2012.

Artigo

- GIRALT, E. F. Principios fundamentales de la filosofía política de Santo Tomás. **El pensamiento político en la Edad Media**, Madri, p. 93-112, 2008.
- LAMAS, F. A. El bien común político, **De la geometría legal-estatal al redescubrimiento del derecho y de la política**, Madrid, p. 305-319, 2006.